



ARTIGO ORIGINAL

EMPRESAS, ESTADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE COMPLEXA

Silvio Romero Martins Machado

Graduado em História (PUCRS) e em Administração de Empresas (UFRGS), Mestre e Doutorando em História (PUCRS), Professor do Centro Universitário IPA Metodista.

Bolsista da CAPES

RESUMO

Este artigo na área da História de Empresas propõe análises sobre o surgimento, evolução e o estudo das empresas. A organização empresarial, a atuação do indivíduo empreendedor e sua relação com o Estado fazem parte deste artigo. A evolução das empresas em seu processo de multinacionalização é também destacada, de forma preliminar, orientando-se desta forma uma nova ação diplomática estatal e empresarial.

Palavras-chave: Empresas; capital; história de empresas; diplomacia corporativa.

ABSTRACT

This article in business history field proposes an analysis on the birth, evolution and study of companies. The business organization, the action of the entrepreneur and its relation with the State are part of this article. The evolution of the companies in its own process of multinationalization is also highlighted, in a preliminary way, leading to a new form of diplomatic action of both states and companies.

Keywords: Companies; capital; business history; corporative diplomacy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda, na perspectiva da História Empresarial, o surgimento, a atuação e a crescente relevância das empresas na história.

Historicamente observamos como forma inerente ao desenvolvimento material das sociedades, as atividades de produção e troca entre diferentes “unidades” étnicas ou populacionais, com distintos graus de organização de poder centralizado.

Essa peculiaridade coloca a primeira dificuldade em abordar-se essa temática. A partir de que momento ou quais as características que nos permitem caracterizar essas atividades de produção e comércio como atividades empresariais. Quais seriam, então, os elementos típicos de uma organização empresarial?

Adiante, nos deparamos com outra possibilidade de abordagem que é o próprio desenvolvimento do Estado e sua relação com as atividades econômicas e empresariais.



A empresa como materialização do capital (investido numa determinada atividade e numa localidade geográfica definida) estabelece com o Estado uma relação direta que pode, e deve, ser analisada em sua amplitude como relações de poder sociais, políticas e econômicas.

E, além disso, um terceiro elemento presente neste artigo refere-se à projeção externa dessas atividades empresariais. A internacionalização das empresas, e em alguns casos sua multinacionalização, acaba por transformar as mesmas em atores no sistema internacional. Nesse espaço ampliado de atuação as empresas podem atuar como elementos de poder nacional, num contexto imperialista; como elementos de desenvolvimento na perspectiva da realização de investimentos externos; e também como atores diplomáticos que se estabelecem num espaço de interlocução entre seu estado de origem e o estado anfitrião.

2. A HISTÓRIA DE EMPRESAS

O estudo das empresas no Brasil apenas recentemente converteu-se em foco de atenção para os historiadores. Observamos a emergência das empresas como objeto de estudos primeiramente entre sociólogos, antropólogos, psicólogos e economistas¹.

Por tratar-se a empresa de um lócus, geralmente caracterizado como uma unidade de produção é nela onde se estabelecem diversos tipos de relações de interesse das referidas ciências.

Para os historiadores brasileiros a empresa ainda é objeto novo. A distância em relação ao objeto pode ser motivada por preconceito, por dificuldade de acesso às fontes (quando conservadas pelas empresas) ou em razão de eventuais restrições a sua exploração. Importante salientar que muitas vezes a história da empresa é indissociável da história de seu fundador e da sua família. A pesquisa em arquivos privados coloca o historiador na condição de “autor autorizado” na expressão de Niall Ferguson. Em seu trabalho sobre a Casa de Rothschild ele comenta o acordo com a família sobre a revisão do resultado da pesquisa². Essa última circunstância gera ocasionalmente um tipo de história laudatória enfatizando as excepcionalidades do empreendedor/fundador da

¹ Em artigo elabora em co-autoria com Henrique Helms e apresentado no VII CIEIA, realizado na PUCRS no ano de 2008

² FERGUSON, Niall. The House of Rothschild. Penguin books, New York, NY.1998. Ver acknowledgements xvii.



empresa muitas vezes ocultando circunstâncias econômicas e políticas determinantes da ação empresarial³.

Ainda em perspectiva introdutória podemos citar que mesmo nos Estados Unidos, país no qual a ação empresarial tem uma intensidade bem maior do que no Brasil, tal temática surge apenas em 1926 por iniciativa de N.S.B. Gras. Em perspectiva, não podemos deixar de mencionar as contribuições de Say, Schumpeter, Marx e Weber, que ao tomarem estas organizações sociais e as relações que nelas e a partir delas se processavam, também figuram como precursores da História de Empresas.

Com o propósito de historicizar a atividade empresarial talvez se possa adotar como marco o advento da personalidade jurídica das empresas. Nessa perspectiva a empresa⁴, e não os indivíduos que a compõe através de cotas de participação, é que passa a ter responsabilidades, ser titular de direitos e obrigações.

Segundo Goetzmann e Rouwenhorst:

The corporate form is a financial innovation in one key respect. It is an entity that is not human. That is, it has legal standing in many respects like that of an individual, with rights of ownership and the capacity to contract with others, and yet it is really a fiction – a useful trope that turns an association of people into a business unit.⁵

Ulrike Malmendier destaca três características fundamentais presentes nas corporações:

- Primeiro, sua existência não é afetada pela saída de um membro individual. Essa estabilidade amplia sua habilidade para participar de transações econômicas;
- Segundo, membros designados da empresa podem representá-la, em outras palavras, podem realizar contratos sem assumir direitos e obrigações pessoalmente. É a empresa que suporta todas as obrigações;

³ O que não é o caso da obra referida na nota anterior.

⁴ Nas citações em lingual inglesa a expressão *corporate* apresentam-se com o significado de empresa sem conotação direta ao porte da mesma.

⁵ GOETZMANN, William & ROUWENHORST, K. Geert. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford university Press. Oxford, New York. 2005.



- Terceiro, o aporte de capital não implicará em envolvimento gerencial e a responsabilidade do investidor é limitada⁶;

As três características acima podem parecer meramente técnicas, porém devemos considerar que sua emergência confere continuidade e estabilidade ao meio empresarial ao assegurar a continuidade das organizações além da perspectiva de vida e participação dos indivíduos e ao mesmo tempo abre a possibilidade para a associação de indivíduos (e suas finanças pessoais) para reunir-se e fazer frente a exigência de capitais necessários para a realização de negócios demasiadamente grandes para um único financiador. Importante mencionar também a noção de risco, sob a qual mesmo tendo condições financeiras para realizar determinado empreendimento talvez o empreendedor não tenha disposição para concentrar seu capital numa única empreitada. A participação de outros e o fracionamento da empresa em cotas socializa esse risco.

Essa participação limitada também representa a possibilidade de preservar o patrimônio pessoal dos indivíduos na medida em que eles respondem pelas obrigações assumidas pela empresa na proporção dos capitais nela aportados.

Conforme Braudel, para as primeiras formas dessas sociedades no Ocidente, temos de remontar a muito longe, se não a Roma, pelo menos ao despertar da vida mediterrânea, aos séculos IX e X⁷.

Em Roma, por volta do ano de 493, Dionísio de Halicarnasso relata a contratação de “*publicanos*”⁸ para a construção de templos para deidades.

Lívio menciona a contratação das “*societates publicanorum*” para o abastecimento do exército romano na Hispania durante a Segunda Guerra Púnica em 216. Também é mencionada a contratação de serviços como fornecimento de cavalos para o circo e a alimentação dos gansos do Capitólio. A contratação de tais serviços estendia-se também a atividades essenciais de estado com a cobrança de impostos. Em virtude desta atividade, em algumas fontes a definição de publicano refere-se ao encarregado de cobrar impostos constituído pela República.

⁶ MALMENDIER, Ulrike. Roman Shares in: GOETZMANN, William & ROUWENHORST, K. Geert. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford university Press. Oxford, New York. 2005. pg. 31/32.

⁷ BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. pg. 383.

⁸ Publicano – empregado ou fornecedor do Estado sob contrato.



Outra característica que torna relevante o estudo dessas formas ancestrais de organização empresarial é como destaca Malmendier, que o rápido crescimento do sistema de contratos governamentais reflete a expansão geográfica e política de Roma que seguiu sua vitória nas Guerras Púnicas. As novas províncias ofereciam crescentes oportunidades para a extração de receitas.

Uma última característica a ser destaca em relação às sociedades romanas é também o fato de que suas cotas podiam ser negociadas, transferidas entre indivíduos e que segundo Cícero⁹ seu valor dependia do sucesso do empreendimento e era sujeito a flutuações.

As societates romanas vão gradativamente desaparecendo à medida que a república vai dando lugar ao império romano.

À época do capitalismo nascente voltamos a encontrar registros destas iniciativas de associação financeira.

Fazendo referência as organizações empresariais desse período, num sentido duplo que interessa no escopo deste trabalho, Braudel aborda o assunto:

A despeito de suas funções análogas, é preciso distinguir sociedades e companhias: as sociedades – sociedades comerciais – interessam ao capitalismo em si, e suas formas, que diferem na sua própria sucessão, assinalam a evolução capitalista; as companhias de grande porte (como as Companhias das Índias) se reportam ao capital e ao Estado ao mesmo tempo, e este, quando cresce, impõe sua intervenção; cabe aos capitalistas submeter-se, protestar e, finalmente, tirar o corpo fora.¹⁰

Essa distinção estabelecida entre sociedades e companhias remete a outra dimensão relevante na atuação sistêmica das empresas, que é sua relação com o Estado.

O exemplo das companhias de comércio e navegação do século XVII é preciso para a presente análise.

A *priori* uma das características do estado moderno é a progressiva centralização do poder político com a consequente assunção de responsabilidades financeiras por parte do governante. Diante dessa demanda financeira observa-se, se não a relevância histórica, certamente a relevância social e econômica daqueles indivíduos detentores destas reservas pecuniárias. Cristãos novos e judeus sefaraditas destacam-se entre esses.

⁹ Cícero fala de *partes illo tempore carissimae*, ou seja, cotas que tinham um preço elevado à época.

¹⁰ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*, volume 2.2ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. Pg.383.



Em 1602 forma-se a Companhia das Índias Orientais, também referida abreviadamente por diversos autores como VOC¹¹. A criação de Maurício de Nassau e Johan Oldebarnevelt tinha como finalidade centralizar a direção do esforço holandês no comércio com as Índias Orientais encorajando a mobilização dos recursos necessários. Entre outros, dois motivos destacam-se nesta operação. Em primeiro lugar a efetiva necessidade de obter-se recursos privados para financiar o empreendimento. A inovação representada pela VOC pode ocorrer baseada num precedente estabelecido por Nassau e Oldebarnevelt. Conforme Larry Neal

The military pressures faced by the political leaders of the United Provinces since their original revolt against the fiscal demands of Philip II of Spain in 1572 had nearly overwhelmed the Dutch forces until the Spanish armada collapsed in 1588. After 1590, both the Stadholder of Holland, Maurice of Nassau, and the advocate general of the States General, Johan Oldebarnevelt, had enjoyed increasing success in their ongoing efforts to organize the fractious provinces, with their competing Merchant groups, into a coherent political force capable of raising, and sustaining, a standing army and extensive fortifications.¹²

Em segundo lugar, a ideia e a necessidade de adotar-se esforço unificado na persecução do lucro nas atividades comerciais marítimas surge em virtude da ação competitiva de diversos grupos de mercadores. Tal ação de forma desorganizada revela-se nociva às Províncias. Larry Neal comenta:

The defeat of the Spanish Armada sent against England in 1588 by Philip II, and Philip's subsequent focus on maintaining military pressure against France while neglecting the overseas trade of the Portuguese Estado da India, provided Dutch adventurers with opportunities to encroach upon the long-distance trade of Portugal with both the West and East Indies. No fewer than sixty-six separate ships had left the various ports of the Netherlands in attempts to reach the sources of pepper and spices in the Indies. Some tried the Northwest Passage through the Arctic Circle in Canada, some northeast passage through the Arctic Circle in Russia, some the westward voyage through the Straits of Magellan and the South Seas, but only those that used the Cape of Good Hope route around Africa managed to return with profitable cargoes. (And most of the ships using alternative routes failed to return at all.) Enough of those ventures, however, were so profitable that investors willingly put up their capital again for subsequent voyages and more merchant communities entered the competition. It was at this point that Prince Maurice and Oldebarnevelt intervened ...¹³

¹¹ VOC – Verenigde Nederlandsche Geoctroyeerde Oostindische Company.

¹² NEAL, Larry. Ventures shares of the Dutch East India Company. In: GOETZMANN, William & ROUWENHORST, K. Geert. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford university Press. Oxford, New York. 2005. pg. 166.

¹³ NEAL – Op. cit. pgs. 166/167



As Companhias de comércio e navegação atuando como instrumentos, não só econômicos, mas também políticos e militares dos diferentes estados europeus são naturalmente atores de relevo deste contexto em diante.

A Europa moderna e o período colonial podem ser perfeitamente compreendidos a partir dos registros, das ações e decisões tomadas pelos conselhos diretores e administradores destas companhias.

Ao Brasil cabe também posição de destaque nesta história das companhias em virtude da atuação, aqui tão relevante, da Companhia das Índias Ocidentais durante o período de ocupação desta no nordeste brasileiro e dos reflexos deste episódio.

Ilustrando a relevância da ação holandesa no Brasil, Evaldo Cabral de Melo sugere que:

A fronteira inicial do Brasil não foi assim o Prata ou a Amazônia, mas o Nordeste. Foi aí que nossa integridade territorial correu maior perigo. Por lamentável que tivesse sido, a perda do Rio Grande do Sul não teria comprometido a unidade nacional, como não o fez a independência do Uruguai, mas a consolidação do Brasil holandês teria espatifado a América portuguesa.¹⁴

A partir da ação holandesa no nordeste brasileiro a coroa portuguesa copia-lhes o modelo com a criação em 1649 da Companhia Geral do Comércio do Brasil. A organização desta empresa segue o modelo e as motivações das suas antecessoras. O padre Antônio Vieira destaca-se como um dos defensores e propositores da criação desta. Novamente a combinação de recursos estatais e privados obedece às motivações econômicas, políticas, militares e religiosas.

Outro expoente da ação empresarial é a indústria. Podemos, também aqui, referir à imagem mais tradicional da fábrica. De difícil datação, sua evolução resulta da organização e da combinação do trabalho, do capital e da tecnologia.

Entretanto a partir do século XVI podemos mencionar “unidades produtivas” que reuniam trabalhadores e os meios de produção necessários para assegurar o abastecimento dos mercados europeus. A evolução das fábricas também irá determinar uma nova relação do homem com o trabalho. A produção evoluiu do artesanato para a indústria; a operação de máquinas e equipamentos gradualmente vai superando a

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641 – 1669. 3ª edição. Top Books, Rio de Janeiro/RJ. 2003. pg.14.



habilidade (quase) artística dos mestres artesãos; a tecnologia e o maquinário são de propriedade do empresário e seu acesso a elas é restrito. Disciplina e dedicação permitem esse acesso, com a respectiva remuneração. Além da dimensão material das máquinas e equipamentos, a tecnologia das fábricas refere-se intrinsecamente aos métodos de organização do trabalho.

Nesta tentativa de historicizar o desenvolvimento das empresas, ainda poder-se-ia citar o advento da máquina a vapor de Thomas Newcomen em 1712¹⁵ que posteriormente seria aperfeiçoada por James Watt. Observando, naturalmente, controvérsias sobre o efetivo marco da revolução industrial, tal evento permite-nos, na lógica da organização do trabalho e na obtenção da maior produtividade sobre este, afirmar que a bomba à vapor de Newcomen utilizada para bombear água para fora das minas de carvão permitia que os trabalhadores se dedicassem de forma integral a esta atividade não precisando mais retirar a água em baldes para fora das minas. Obtinha-se desta forma o resultado desejado traduzido na expressão de mais carvão/hh¹⁶.

A partir dos avanços obtidos a partir da maquinização e da aplicação prática das idéias de Newton a indústria evolui rapidamente. A expansão do sistema capitalista se dá tanto na dimensão física com a ampliação das estradas-de-ferro e da navegação mercante, como também pelas relações de consumo uma vez que as inovações industriais, ao mesmo tempo atendiam as necessidades dos consumidores, criavam novas. Nesta perspectiva de expansão do sistema, decorrente em certo grau da lógica colonial, algumas empresas expandem-se passando a operar em diferentes países.

Surge em meados do século XIX a empresa multinacional.

*Led by pioneers such as the American firm, Colt, which established a revolver factory in Britain in 1852, these firms began to change the old order of trade and finance as the primary weapons of international business.*¹⁷

Outro empreendimento pioneiro que antecede o surgimento e a nomenclatura de empresa multinacional é a atuação da casa bancária dos Rothschilds, que sob a lógica do lucro e da exploração de oportunidades possuíam cinco diferentes casas bancárias, em diferentes países explorando as oportunidades de financiamento a governos,

¹⁵ Cfe. SOARES, Luiz Carlos da UFF em palestra realizada na PUCRS em 2009.

¹⁶ Hh – homem/hora.

¹⁷ STOPFORD, John. STRANGE, Susan with HENSLEY, John S. Rival States, Rival Firms – competition for world market shares. Cambridge University Press, 1991.Pg.13.



oportunidades de investimento em transportes, indústrias e comércio, arbitragem de moedas e outras práticas financeiras.

De forma breve pode-se caracterizar a empresa multinacional como aquela instalada num determinado país, possuindo operações em diversos outros. Alguns autores ainda preferem denominar de multinacionais empresas que tenham na composição de seu quadro funcional determinados percentuais de empregados de diferentes nacionalidades ou ainda percentuais de seu faturamento oriundos de operações em diferentes países. O próprio termo multinacional vai gradualmente cedendo a nomenclatura de empresas transnacionais, numa clara alusão à mobilidade e a ação destas empresas através das fronteiras nacionais. E também ao fato, alegado por Seitenfus (2004), de que esse tipo de empresa não possui múltiplas nacionalidades.

As empresas multinacionais em seu processo de expansão buscam o acesso a novos territórios. Esse acesso pode representar suprimentos de insumos baratos (matérias-primas, mão-de-obra, infra-estrutura, etc...), novos mercados consumidores, legislação ambiental e tributária favorável, entre outros. Destaque-se que algumas dessas condições atrativas são criadas pelos próprios estados na competição por investimentos externos.

Nessa relação entre empresas multinacionais e estados se estabelece uma relação de negociação e barganha que pode ter seu equilíbrio alterado ao longo do tempo.

Além disso, a empresa multinacional organizada para a exploração de oportunidades de negócios com fins lucrativos busca não só condições atrativas como as referidas, mas também segurança para seus investimentos. Salvaguardas em relação à remessa de lucros e garantias quanto a não estatização de seus ativos são questões fundamentais.

A estabilidade institucional dos países receptores de investimentos é uma variável fundamental para a tomada de decisão da empresa quando esta decide fazer investimentos no exterior.

Tomando a datação comumente aceita para o advento das EMNs¹⁸ como meados do século XIX é inevitável associarmos a ação dessas empresas vinculadas à projetos

¹⁸ EMN – empresa multinacional.



políticos¹⁹ de seus respectivos países. O continente americano é farto de exemplos nos quais o modelo político estadunidense de interferências e intervenções é desenvolvido com a participação ou em favor de suas EMNs. Por certo que a soberania dos países evoluiu, bem como os marcos das relações internacionais entre eles, contudo a ação das EMNs é um forte elo no relacionamento entre os países de origem destas empresas e países anfitriões das mesmas. Conforme Ana Lucia Guedes:

De qualquer forma, a CTN [corporação transnacional – na nomenclatura usada pela autora] e o governo nacional devem estabelecer um acordo de acesso, no qual se estabelecem as condições sob as quais as operações serão permitidas naquele território. Evidentemente, os termos do acordo refletem o poder de barganha das partes: CTNs e governo local. É importante, entretanto, que se destaque que o governo de origem da CTN costuma entrar em cena caso o governo anfitrião tente encerrar ou mudar as condições de acesso.²⁰

Nessa relação estabelecida originam-se ao menos dois efeitos que devem ser mencionados:

- A emergência de uma diplomacia triangular que relaciona a EMN, seu estado de origem e o estado anfitrião;
- E a capacidade da EMN para atuar como elemento na política doméstica do país anfitrião;

Sobre esse segundo efeito, mais uma vez Guedes refere que:

Em princípio as CTNs não possuem motivações políticas no sentido de afetar a balança de poder dentro da sociedade local, mas como o acesso foi garantido pelo grupo dominante naquele momento, as suas operações tendem a apoiar, ou ao menos a não prejudicar a posição deste grupo.²¹

Já em relação a diplomacia triangular podemos mencionar que a mesma se desenrola a partir de motivações competitivas estabelecidas entre seus diferentes participantes. Essa diplomacia engloba a competitividade entre os diferentes estados por poder e influência, entre as diferentes empresas pelo mercado global e pela barganha entre estados e empresas na utilização dos recursos produtivos e criação de riqueza.

¹⁹ Ressalva importante é que ao referirmos projetos políticos não se pode esquecer a sempre presente motivação econômica da política, cfe. já mencionado acesso a mercados consumidores e à fontes de matérias-primas são essenciais nessa perspectiva.

²⁰ GUEDES, Ana Lucia. Globalização e interdependência: reconhecendo a importância das relações entre governos e empresas transnacionais. In: Oliveira, Odete M. e DAL RI Jr. Arno(Orgs). Relações Internacionais: interdependência e sociedade global. Ijuí/Ed. Unijuí, 2003. Pg. 575.

²¹ GUEDES, op.cit. pg. 576.



Conforme Strange forma-se um cabo-de-guerra de três pontas definidas pelos imperativos econômicos, imperativos políticos e imperativos competitivos:

*Economic imperatives drive change in the structure of product and financial markets and affect the international division of labour. Competitive imperatives drive firm's choices of strategy and may, as we illustrated later on, have little to do with short run considerations of national economic factors. The political imperatives are those choices faced by states, either solely or in alliance with others.*²²

Em virtude desse ambiente político-empresarial tanto Estados quanto empresas veem-se obrigados a atuar de forma diferenciada na relação com suas contrapartes.

Sobre a tradicional atuação diplomática agora se colocam imperativos de ordem comercial e competitiva, o que desloca a ênfase de atuação das representações dos diferentes países no exterior. Da mesma forma, para as empresas essa interação origina a prática da diplomacia corporativa.

Segundo Steger

*Corporate Diplomacy summarizes and conceptualizes the wealth of experience that can be found in every industry and country, and develops a strategic approach and complementary toolkit that can help companies to deal responsibly and strategically with a fragmented, volatile, and, to some extent, hostile business environment.*²³

E nessa perspectiva de atuação diplomática as EMNs vêm se desenvolvendo e posicionando efetivamente como atores decisivos e determinantes nas relações internacionais. O executivo nesse contexto age como estadista, o diplomata age como gestor. Realinham-se habilidades, objetivos e expectativas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da dimensão deste tema o presente artigo apenas pode pretender estimular o debate e a reflexão sobre as empresas. Seu papel no desenvolvimento econômico e político em diferentes épocas nos oferece possibilidades de pesquisa e análise amplas. Outra perspectiva que pode ser explorada é a existência de formas de organização empresariais pré-capitalistas, como apresentadas na obra de Goetzmann e

²² STOPFORD, John. STRANGE, Susan with HENSLEY, John S. Rival States, Rival Firms – competition for world market shares. Cambridge University Press, 1991. Pg.33.

²³ STEGER, Ulrich. Corporate Diplomacy – the strategy for a volatile, fragmented business environment. John Wiley & Sons, West Sussex: 2003. p. xii.



Rouwenhorst e também na de André Gunder Frank²⁴. Dessa forma talvez se possa romper a imagem quase exclusiva criada das organizações como elementos de exploração capitalista. Obviamente, sem desconsiderar essa finalidade.

Richard Hall respondendo a pergunta – Por que temos organizações? – nos oferece uma resposta enganadoramente singela:

“A resposta é simples: Para que as coisas sejam feitas. Temos organizações para realizar tarefas que indivíduos não podem desempenhar sozinhos.”²⁵

Na perspectiva dessa resposta abre-se um vasto campo de pesquisa histórica. Cada organização tem sua história e pode “nos contar” muito sobre o esforço e as motivações humanas. As organizações, como objeto de pesquisa, também podem atuar como elo entre a dimensão social e a ação individual.

À reboque do estudo das empresas vem o estudo da ação empreendedora.

Quem são os empresários, sua origem, sua percepção das oportunidades, o momento das suas ações, seus relacionamentos sociais, econômicos e políticos entre outras características são relevantes. Não se pode imaginar uma abordagem positivista dos grandes homens, mas observar-se indivíduos com capacidade e talento para inovar práticas e combinar elementos muitas vezes não percebidos por outros.

Também é importante mencionar que no processo evolutivo as empresas migram de um plano calcado no indivíduo e no respaldo político estatal para uma posição fundada na estrutura organizacional e na autonomia.

Na era moderna a ação das empresas e das grandes companhias se confundiam com as políticas dos monarcas e estados nacionais. O colonialismo e a competição política e econômica dos séculos XVIII e XIX destacam o papel das grandes empresas que articuladas com seus governos de origem lançam-se em atividades transnacionais passando a operar em diversos países e controlando seus investimentos a partir de sua sede no país de origem. Porém, gradualmente na história das empresas é crescente sua autonomia e a partir desta também é crescente o potencial de conflitos com seu estado de origem. Situações de regulação, de intervenção e de estatização aparecem por vezes como forma de equilibrar a relação entre o estado e as empresas.

²⁴ World System : Five Hundred Years or Five Thousand

²⁵ HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. pg. 12.



Outra característica importante a ressaltar nos estudos sobre empresas transnacionais é o viés imperialista da expansão do capital. Nessa visão hierarquizada do processo de desenvolvimento capitalista as empresas são observadas, sempre a partir de sua origem em países centrais do sistema, como agentes do capitalismo internacional imbuídas de motivações econômicas próprias em conjunto com motivações políticas associadas ao projeto de poder de seus países. Observa-se, contudo, que evolução da ação empresarial e das possibilidades oferecidas pela revolução tecnológica dos anos 1980 cria condições para uma atuação ainda mais autônoma por parte das empresas. Processo de offshoring e outsourcing que se desdobraram em socorro da lucratividade perdida das empresas, muitas vezes opõem a ação empresarial aos interesses de seu estado de origem.

Partes integrantes dessas alterações são a crescente mobilidade dos recursos produtivos. Tecnologia e capital fluem para diferentes sítios onde as empresas possam obter maiores retornos sobre seu investimento. Acessando tais recursos, empresas de países tradicionalmente subordinados no sistema internacional, agora chamados de emergentes, quebram a tradicional hierarquia do sistema passando também eles a sediar empresas transnacionais. As transnacionais brasileiras são exemplos dessa nova ordem empresarial e pedem estudos sobre seu processo de desenvolvimento.

Destacamos nesse cenário contemporâneo também a crescente multilateralidade das relações no sistema internacional permitindo com que a hierarquização da pauta internacional seja reformulada a partir da atuação de diferentes atores internacionais.

Essa alteração amplia o espaço para a atuação de diferentes atores que incorporam novos temas a pauta tradicional do debate internacional. Gradualmente o estado passa a dialogar com diferentes atores e conseqüentemente as próprias relações internacionais deixam de ter exclusivamente os estados como protagonistas. Abre-se assim um extenso debate entre os tradicionalistas partidários do estatocentrismo e os pluralistas que enfatizam a emergência de diversos e diferentes tipos de atores.

Justamente nesta perspectiva é fazemos uma última colocação sobre a história de empresas: Teriam as empresas, como expressão positiva de eficiência capitalista, criado condições para a superação do estado? Através de organizações multilaterais que regulam a ação dos estados no comércio internacional, através de normas de conduta e de contabilidade, através da adesão a regimes e protocolos internacionais propostos em



busca da eficiência sistêmica, não teriam as empresas, ou o capital propriamente dito, criado condições para sua máxima reprodução? A globalização é ameaça ao estado? Ou tal proposição é apenas mito, como propõe Santos Jr?²⁶

A tais questionamentos certamente a história de empresas tem uma rica contribuição a oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovani. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas. Volume 2.2ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (Orgs.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997 – 19ª impressão.

CHANLAT, Jean-François , Roberto Fachin e Tânia Fischer (Orgs.). Análise das organizações: perspectivas latinas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

DECCA, Edgar Salvadori de. O nascimento das fábricas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ERRO, Carmen. História Empresarial nr. 10 – pasado, presente e retos de futuro. Editora ariel, 2003.

FERGUSON, Niall. The House of Rothschild. Penguin books, New York, NY.1998.

FRIEDMAN, Thomas. O mundo é plano: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva , 2005.

GUEDES, Ana Lucia. “Globalização e interdependência: reconhecendo a importância das relações entre governos e empresas transnacionais” in Oliveira, Odete M. e DAL RI Jr. Arno(Orgs). Relações Internacionais: interdependência e sociedade global. Ijuí/Ed. Unijuí, 2003.

GUEVARA, Carlos Dávila Ladrón. “La História Empresarial em América Latina” In: ERRO, Carmen. Historia Empresarial Pasado, Presente y Retos de Futuro. Barcelona: Ariel, 2003.

HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

²⁶ SANTOS Jr. Raimundo Batista. A globalização ou o mito do fim do estado. Ijuí: Ed. Unijuí,2007.



KIRCHNER, Ana Maria e Outros. Empresa, empresários e globalização. Rio de Janeiro: Relume Dumará:Faperj, 2002.

MALMENDIER, Ulrike. “Roman Shares” in GOETZMANN, William & ROUWENHORST, K. Geert. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford university Press. Oxford, New York. 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641 – 1669. 3ª edição. Top Books, Rio de Janeiro/RJ. 2003.

MENDES, José Amado. “História das organizações na reabilitação da história econômica e social” in RIBEIRO, Maria Manoela Tavares (Coord.) Portugal-Brasil Uma visão interdisciplinar do século XX - Actas do colóquio. 2 a 5 de abril de 2003. Coimbra: Quarteto, 2003.

McCRAW. Thomas K. (Org.) Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa. Editora fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

NEAL, Larry. “Ventures shares of the Dutch East India Company” in GOETZMANN, William & ROUWENHORST, K. Geert. The origins of value – the financial innovations that created modern capital markets. Oxford university Press. Oxford, New York. 2005.

LOBO, Eulália L. “História empresarial” in: CARDOSO, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997 – 19ª impressão.

SANTOS Jr.Raimundo Batista. A globalização ou o mito do fim do estado. Ijuí:Ed. Unijuí,2007.

STEGER, Ulrich. Corporate Diplomacy – the strategy for a volatile, fragmented business environment. John Wiley & Sons, West Sussex: 2003.

STOPFORD, John; STRANGE, Susan; HENSLEY, John S. Rival States, Rival Firms – competition for world market shares. Cambridge University Press, 1991.

SZMECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo (orgs.). História de empresas e desenvolvimento econômico. São Paulo: Hucitec/Associação brasileira de pesquisadores em história econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

Recebido em: 29/08/2010

Aprovado pelo Conselho em: 06/09/2010

Publicado em: 31/12/2010